



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 5 DE MAIO DE 2015

**Presidente:** Exmo. Sr. Vasco Guiva

**Secretário:** Exmo. Sr. Aérton Crisóstomo

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 12 horas e 10 minutos.

No quadro da análise na especialidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o ano económico 2015, a 3.ª Comissão Especializada Permanente (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública) auscultou o Sr. Ministro da Economia e Cooperação Internacional,

relativamente ao orçamento do seu Ministério. Fizeram uso da palavra o Sr. Ministro da Economia e Cooperação Internacional (Agostinho Fernandes) e a Sra. Deputada Maria das Neves (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 12 horas e 10 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Managem**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**Mário Fernando**

**José Carlos Cabral d'Alva**

**Ivo da Costa**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Aérton do Rosário** Crisóstomo

**Maria das Neves** Batista de Sousa

**Vasco** Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Jorge Dias Correia**

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados: No quadro da análise, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 2015, o Sr. Ministro tem a oportunidade de nos brindar e defender as suas acções e a programação orçamental do Ministério da Economia e Cooperação Internacional que cobre uma área vasta naquilo que é a promoção da economia nacional.

Por isso, Sr. Ministro, o palco é todo seu.

O Sr. **Ministro da Economia e Cooperação Internacional** (Agostinho Fernandes): — Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Ilustres Deputados à Assembleia Nacional, Sua Excelência o Ministro das Finanças e da Administração Pública muito boa tarde.

De facto, o Ministério da Economia e da Cooperação Internacional é um Ministério vasto. É vasto porque cobre todos os sectores da economia nacional, e cobre também a área da Cooperação Internacional, digamos, um domínio fundamental para um país como São Tomé e Príncipe que depende da Cooperação Internacional para sua própria subsistência.

O Orçamento do nosso Ministério, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos, está orçado em cerca de 40 000 000,00 STD (quarenta mil milhões de dobras), como podem verificar, o que representa 2,5 % do Programa de Investimentos Públicos e cobre basicamente três áreas fundamentais, a saber: o Turismo, as Pescas e o sector da Estatística.

Obviamente que não encontrará no Programa de Investimentos Públicos para este sector específico, todas as questões que têm a ver com a economia nacional, na medida em que um dos sectores importantes para nossa economia, que é o sector de Agricultura, está, digamos, sobre a tutela de um outro Ministério.

Relativamente a este Programa de Investimentos Públicos, como podem reparar, basicamente 80% das verbas aqui inscritas vão para a área das Pescas, no entanto, ao PRIASA, Projecto de Reabilitação de Infra-estrutura de Apoio a Segurança Alimentar, e o restante essencialmente para área do Turismo, onde consideramos às questões ligadas a promoção do País.

Sem dúvida que essas cifras não responderão de longe as nossas ambições e vontades, mas o nosso programa de governação é um programa para quatro anos. Tendo consciência das limitações financeiras do País, neste ano 2015, e tendo ainda em conta o tempo que ainda nos resta para terminar o ano, vamos, na medida do possível, criar as bases para implementação, a partir dos próximos anos, nas políticas dos sectores fundamentais como as Pescas e o Turismo.

Em 2015, no sector de Turismo vamos incidir essencialmente sobre a problemática da promoção do País. Isto porque também temos a consciência que o investimento no sector de Turismo deverá ser feito fundamentalmente, pelo sector privado cabendo ao Estado criar as condições legais, regulamentares, para que esse investimento se faça da melhor forma possível, e sobretudo fazer com São Tomé e Príncipe seja um país mais conhecido nos centros emissores do turista, e que tenha as condições efectivas para o acolhimento dos turistas.

Portanto, em linhas gerais é o que me apraz dizer, nessa primeira fase, ficando desde já disponível para quaisquer questões mais concretas que as Sras. e Srs. Deputados pretenderem colocar.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro pela explanação! Srs. Deputados, o Sr. Ministro está disponível para as intervenções, solicitações e esclarecimentos. Estamos na área de Economia e

Cooperação Internacional, no Orçamento vem a partir da página 43 de 48. Srs. Deputados, considerações? Sabemos que já são 12 horas, mas acabamos de sair de um lanche. Podemos agradecer a presença do Sr. Ministro?

*Risos.*

Sras. Deputadas e Srs. Deputados! A Sra. Deputada Maria das Neves quer ser a primeira a tentar? Tem a palavra a Sra. Vice-Presidente.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Gostava de saudar o Sr. Ministro de Economia e Cooperação Internacional. Ouvi atentamente a explanação que fez. Gostava de referir ao último aspecto que abordou em relação ao Turismo.

Não há dúvida que este tem sido um grande desafio dos governos e deste também. O Sr. Ministro falava em termos de priorizar a promoção do País numa perspectiva do desenvolvimento do Turismo. Temos constatado, aliás, desde que a CNN decidiu incluir São Tomé e Príncipe no mapa dos destinos turísticos para este ano, que os esforços têm sido envidados, quer da parte do sector público como do sector privado, para poder aproveitar da melhor forma esta promoção.

Sr. Ministro, nas Grandes Opções do Plano fala-se de algumas actividades que o Governo pretende desenvolver na área do Turismo, nomeadamente a criação do próprio instituto, o Instituto Nacional de Turismo e a promoção do País.

No entanto, Sr. Ministro quando tentei encontrar o enquadramento orçamental para algumas acções propostas nas Grandes Opções do Plano, tive alguma dificuldade. O Sr. Ministro dizia há pouco tempo que grande parte das actividades estará ligada ao sector privado. Mas eu pergunto, por exemplo, a questão da criação do Instituto Nacional de Turismo, não implica custos para o Governo? Isto não aparece no Orçamento Geral do Estado. Quando também fala da criação de escola de hotelaria e turismo, a recuperação do património, a valorização dos sítios de interesse turístico, a promoção de incubadora para pequenos negócios no âmbito do turismo, a minha questão é: tudo isto estará reservado ao sector privado?

Eu não vejo no Orçamento dotação orçamental para o efeito. A questão da participação nas feiras internacionais aparece. Falar da promoção do turismo e da escola de hotelaria e turismo, é um aspecto que reporto de extrema importância, porque se nós quisermos desenvolver o turismo temos que necessariamente melhorar a prestação do serviço no nosso país. Isto é dos problemas que se tem ao nível, quer da hotelaria quer da restauração, cujos serviços ainda deixam muito a desejar.

Por isso, a criação de uma escola de hotelaria e turismo, poderá ajudar a melhorar a prestação de serviço, numa perspectiva mesmo de promoção do País, quem chega se for bem atendido, vai e é capaz de convidar os outros a visitarem também o País. Quando o turista não é bem atendido, quando as coisas correm mal, é capaz de aconselhar os outros a não se esfoçarem para vir ao País. Daí que isto para mim, como eu dizia, reporto de grande importância, mas Sr. Ministro, como eu dizia, não vejo portanto a dotação orçamental para essas acções que o Governo contempla nas Grandes Opções do Plano.

Esta é uma das preocupações, pois vejo outros Srs. Deputados, possivelmente poderei obter esclarecimento do Sr. Ministro, poderei então voltar a dizer algumas coisas.

O Sr. **Presidente**: — Obrigada Sra. Deputada, Vice- Presidente Maria das Neves. Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e Cooperação Internacional**: — Muito obrigado Sr. Presidente, Sra. Deputada muito obrigada.

Efectivamente não sendo propriamente o caso desta vez, há de facto algumas situações em que pela natureza das Grandes Opções do Plano inscrevem-se no programa e nas medidas de políticas que muitas vezes não encontram acolhimento, em termos de dotação orçamental efectiva para o efeito. Relativamente ao sector de Turismo nesta componente, criação de infra-estrutura e equipamentos turísticos, consideramos algumas questões fundamentais, entre as quais a criação do Instituto Nacional de Turismo.

Na nossa perspectiva, tendo em conta o lapso de tempo que dispomos até o final do ano, consideramos que nesta fase não precisamos de um projecto concreto para a criação do Instituto Nacional de Turismo. Trata-se de uma fase, digamos, legislativa, regulamentar, na medida em que, neste momento, temos a Direcção-Geral do Turismo. A nossa perspectiva em transformar essa Direcção-Geral num instituto, que tenha uma certa autonomia, tendo em conta que é um sector prioritário para o desenvolvimento do País, que possa ser um sector estável não sujeito aos abalos que muitas vezes se conhece nas Administrações Públicas. Nesta primeira fase a nossa preocupação é essencialmente legislativa. Daí a razão de não encontrar no Programa de Investimentos Públicos verbas especiais para resolver este problema.

Relativamente à criação da escola de hotelaria e turismo, aqui também vamos iniciar uma fase de preparação, na medida em que acreditamos que São Tomé e Príncipe precisa e conceberá o turismo como a chave para o seu desenvolvimento. Assim, como um dos sectores prioritários precisa de ter uma escola de turismo e hotelaria apta para formar pessoas que operam neste sector.

Já iniciámos essa negociação com a Organização Mundial de Turismo, para que São Tomé Príncipe possa, digamos, lançar as bases para a criação dessa escola de hotelaria e turismo. A organização mundial de turismo, com quem falamos recentemente, está disposta a apoiar-nos nesse processo quer no aspecto técnico quer na mobilização de fundos para a construção dessa escola de hotelaria e turismo.

Por outras palavras, queria dizer que não seremos capazes em 2015 de ter a escola como tal efectivamente feita, mas vamos trabalhar a partir já do próximo mês, com a Organização Mundial de Turismo para esse efeito. Basta dizer também, aproveitando essa ocasião, para que os Srs. Deputados tenham conhecimento, que apesar do nosso país anunciar sempre que dá toda importância ao turismo, que tem o turismo como uma das fontes essenciais para o crescimento da sua economia, a verdade é que nesse momento São Tomé e Príncipe deve a Organização Mundial de Turismo cerca de 600 000,00 (seiscentos mil euros), correspondente a vários anos de quotas por pagar.

Essa situação fez com que a Organização Mundial de Turismo tivesse colocado o nosso país, um pouco no banco dos excluídos, mas tivemos um encontro ao mais alto nível com a organização mundial de turismo, através do Sr. Director-Geral que nos deu abertura geral para nos apoiar nesse processo incluindo a própria criação da escola de hotelaria e turismo. Portanto, neste ano vamos tratar da questão técnica e da mobilização, perspectivando para o próximo ano a angariação de fundos, com apoio da Organização Mundial de Turismo para construir esse escola de hotelaria e turismo.

Penso que são essas duas questões que foram levantadas pela Sra. Deputada e que não encontram financiamento no âmbito do Produto Interno Bruto (PIB), espero ter respondido a sua preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, há mais de dez anos que em todos os Orçamentos Gerais do Estado aparecem orçamentados, algumas vezes até a dotação orçamental, a criação de escola de hotelaria e turismo. Significa dizer que os sucessivos governos que passaram por essa República reconheceram a importância de se ter uma Escola de Hotelaria e Turismo.

Pergunto, teremos mesmo necessidade de construir essa escola? Não é possível aproveitar-se as infra-estruturas que já existem para começar a desencadear essa acção?

Ultimamente houve um grande investimento no CATAP. O CATAP hoje tem espaço, tem salas disponíveis, tem até restaurantes, com todos os materiais, pressuponho que contou com o financiamento de alguns parceiros, nomeadamente o BAD. CATAP parece reunir condições mínimas para prestar serviços nessa matéria. Não é possível aproveitar-se CATAP, quem fala de CATAP, pode falar de CENFOPA ou Bela Vista, para que se dê o início. Compreendo o desafio que o Governo tem em relação a essa matéria, mas começar-se agora a procurar financiamento e a mobilizar parceiros para se construir de raiz uma Escola de Turismo, implica dizer que teremos que levar mais 1 ou 2 anos para que isso se inicie. Há uma questão que se coloca. A prestação de serviço nesse país tem sido tão deficiente, tão deficiente, que exige que se comece a formar jovens para prestarem melhor serviço neste domínio.

Daí a minha pergunta, não é possível aproveitar-se as infra-estruturas já existentes para se dar início, enquanto se mobiliza fundos para se construir de raiz essa escola. Justifica-se uma Escola de Turismo, tendo em conta os poucos recursos de que dispõe o País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e Cooperação Internacional**: — Penso que a questão não é propriamente ou não tem que ser a construção de raiz. A problemática da Escola de Hotelaria e Turismo, na perspectiva que temos, de facto, pode ser num hotel já existente porque estamos a falar de formação *on job*.

Daí que na minha perspectiva é possível várias soluções, só que nós não gostaríamos de avançar para uma solução, digamos, numa óptica de amadores. Por isso recorreremos a Organização Mundial de Turismo, para que nos faça vir uma missão especializada e nos aconselhar quanto a melhor solução para criação desta escola. Se puder funcionar numa instituição como CATAP, se poder funcionar no Hotel Miramar que é uma infra-estrutura do Estado tudo bem, se puder funcionar num outro local tudo bem.

Queremos ser devidamente aconselhados por entidades capazes e credíveis conhecedoras da matéria para nos apontar uma solução.

Como disse inicialmente, nós já falamos com a Organização Mundial de Turismo que se predispôs em apoiar-nos nesse processo, provavelmente no próximo mês eu próprio mais a Directora-Geral do Turismo estaremos em Madrid a convite do Director-Geral da Organização Mundial de Turismo, que também se predispôs a vir para São Tomé e Príncipe, para demonstrar o apoio que essa instituição esta disponível a dar o nosso país. Acreditamos que, com apoio desses peritos, saberemos exactamente o que fazer.

Estou de acordo com a Sra. Deputada que a questão da qualidade dos serviços do domínio de turismo e hotelaria é uma questão prioritária. Não podemos continuar a anunciar ao mundo que São Tomé e Príncipe é um país que coloca o turismo como prioridade, quando as pessoas chegam muitas vezes são defraudadas por causa de pequenas coisas, como o atendimento ou a qualidade de serviço, que são prestados muitas vezes em instâncias hoteleiras da primeira linha do nosso país.

O Sr. **Presidente**: — Intervenções, contribuições, Sras. e Srs. Deputados.  
Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, Vice-Presidente.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, tinha aqui levantado a questão sobre a nossa dívida em relação à Organização Mundial de Turismo.

Ontem essa questão foi também discutida com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, que também disse aqui nessa Casa Parlamentar, que o país é membro de muitas organizações internacionais, e que não tem podido honrar os seus compromissos. Hoje o Sr. Ministro trouxe mais uma dívida para com a Organização Mundial de Turismo, o que faz com o País, muitas vezes, nem tem direito a voto, é sancionado, por não ter honrando os seus compromissos. Há uma questão que tinha colocado ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e gostava de colocar também ao Sr. Ministro. Não é altura de nós elencarmos todas as organizações internacionais, que o país é membro, analisarmos os custos e os benefícios de cada uma dessas organizações, e optarmos por aquelas que possam ser mais prioritárias de modo a não estarmos a aumentar a nossa dívida e sem possibilidades de pagar.

Organização internacional de Turismo é importante, tendo em conta as nossas perspectivas e desenvolvimento de turismo, mas haverá muitas outras que, se calhar, em termos de custos e benefícios, não serão assim tão importantes. Não é possível a gente encontrar uma forma para definir aquelas que são prioritárias, se calhar afastarmos daquelas que não sejam assim tão prioritárias, de modo a evitar que o País seja humilhado.

Digo, humilhado porque o País participa num evento internacional fica quartado de votar porque não pagou as quotas. É muito feio quando se anuncia publicamente os países que não devem votar por não terem pago as quotas. Julgo que podíamos encontrar formas para minimizar o País desta humilhação, pensando na hipótese de nós definirmos de facto as prioridades, sabendo que organizações apostar para podermos honrar os nossos compromissos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e Cooperação Internacional**: — Antes de responder a questão da Sra. Deputada, permita-me anunciar aos Srs. Deputados e ao Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública que acabo de sair de uma reunião com o director regional da UNICEF, que me pediu para recordar que o governo anterior tinha assumido o compromisso de pagar a quota da UNICEF e pediu-me para recordar ao Sr. Ministro das Finanças que são 17 500,00 USD (dezassete mil e quinhentos dólares). A Sra. Deputada colocou uma questão extremamente importante, porque tem a ver com credibilidade do Estado São-tomense.

É verdade que algumas das instituições não temos como. E muitas delas às vezes nós nos engajamos não porque os governos assim o querem, mas porque os serviços decidem e convencem muitas vezes os Ministros que é fundamental participar então criamos situações de dívidas.

O que é grave nessa situação é que temos dívidas avultadas, no caso concreto, com a Organização Mundial de Turismo. Podia também falar da Organização Mundial do Comércio, que estamos a dever cerca de 325 000,00 € (trezentos e vinte e cinco mil euros). Nós não podemos participar mais continuamos a pagar, ou seja, continuamos a acumular dívidas. A nossa não participação não estanca a nossa dívida, nós não podemos participar porque estamos numa situação já de devedores recalitrantes e que tem que ser afastado, mas continuamos a acumular dívidas. Daí que se torna necessário estancar essas dívidas, saindo daquelas instituições que não temos que estar forçosamente.

Voltando à questão da Organização Mundial de Turismo entendo que não é propriamente uma questão de capacidade financeira, mas é uma questão de seriedade do nosso país.

Em 2007 foi criado o Fundo de Turismo. Fundo esse que deve ser alimentado, entre outros, pelas receitas: percentagem da receita da taxa aeroportuária, percentagem de imposto sobre consumo cobrado das instâncias turísticas, percentagem do valor cobrado no âmbito dos vistos turísticos emitidos e outras contribuições. A verdade é que de 2007 até a presente data, não ouve o mais pequeno pagamento dessa quantia, o que nós devemos a Organização Mundial de Turismo por ano ronda 17000,00 € (dezassete mil euros), portanto menos do que 400 milhões de dobras.

Acredito que, se formos sérios, no sentido de fazer com que essas contribuições possam chegar ao Fundo do Turismo, conseguiremos reunir esses 400 milhões de dobras que nos permite pagar a dívida e limpar a cara do País, junto a esta instituição que, para nós, é fundamental, uma vez que não há um único governo nessa República que não anuncie o turismo como prioridade. Se é prioritário no mínimo temos que pagar as quotas da principal organização mundial neste domínio.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, mais intervenções? Podemos dar como concluída a auscultação ao Ministério da Economia e Cooperação Internacional?

Sr. Ministro, obrigado pela presença, o seu Ministério está de parabéns.

Risos.

Não se moveu nada.

*Risos.*

Caras Sras. e Srs. Deputados, amanhã o nosso trabalho continua, sempre às 8 horas e 30 minutos, vamos primar pela pontualidade! Amanhã temos sim uma alteração, foi-nos comunicado através do Governo que a Ministra da Saúde encontra-se ausente do País, em substituição, no intervalo do horário pertencente a Saúde, virá o Ministério da Juventude e Desporto.

Em todo caso, teremos também o Ministério das Infra-Estruturas, que será o primeiro, a seguir Juventude e Desporto, e no fim Educação Cultura e Ciência.

Obrigado pela participação e presença continuaremos amanhã.

Damos por encerrado o trabalho de hoje.

*Eram 12 horas e 40 minutos.*